

■ Planejamento familiar

Programa quer reduzir abortos inseguros

O Ministério da Saúde lançou ontem uma nova política de planejamento familiar para reduzir o número de abortos inseguros, que custam cerca de R\$ 30 milhões anuais ao País.

Dados oficiais mostram que quase um terço das brasileiras grávidas não levam a gestação até o fim, proporcionando 1,4 milhão de abortos todo ano.

Entre as ações do planejamento familiar, o Ministério passará a comprar todos os métodos anticoncepcionais para a rede pública, em gasto previsto de R\$ 40 milhões anuais.

O objetivo da nova política de planejamento familiar é dar condições para que as mulheres escolham o método que achar melhor, com base na sua necessidade e estado de saúde.

"Não queremos que a mulher



use um ou outro método, mas queremos que ela saiba que existem essas possibilidades para serem usadas nas emergências", disse Maria José Araújo, da área de saúde da mulher do Ministério.

Com a nova política, vai aumen-

tar a oferta de pílulas, diafragmas e dispositivos intra-uterino (DIU), além de ampliar o acesso à esterilização cirúrgica como ligadura de trompas.

O Ministério também vai baixar norma para garantir o atendimento médico na rede pública para abortos em caso de violência sexual.

De acordo com a médica, nada vai ser dado sem uma orientação de um profissional, a não ser a camisinha, que não tem contra-indicação.

■ Sai caro

Relatório preparado por 200 organizações de mulheres mostra que anualmente são feitas cerca de 238 mil interações por aborto só na rede pública de saúde.

São de mulheres que praticaram aborto ou sofreram abortos espontâneos e que passaram por curetagens em hospitais públicos.

Decisão da Comissão Eleitoral sobre impugnação de candidaturas às eleições do Sindicato

Aos 22 de março de 2005, a Comissão Eleitoral reuniu-se, em cumprimento ao artigo 106, parágrafo 3º, do Estatuto Social, para decidir o seguinte:

Em 11 de março de 2005, o associado Tsukassa Isawa, apresentou impugnação às candidaturas de Antonio Tarciso Gabriel de Souza e Valdenito Almeida, sob a alegação de que a empresa Nordon Ind. Metal. S/A, pela qual concorrem os candidatos, encerrou suas atividades na região, disto resultando, conseqüentemente, em não haver como representar os trabalhadores a partir do local de trabalho. Juntou documentos que comprovam o encerramento das atividades da empresa. Em relação a estes candidatos, o associado Tarcisio Secoli, na qualidade de Secretário Geral do Sindicato, também apresentou impugnação, argumentando que foi declarada a vacância dos cargos para membros do Comitê Sindical de Empresa (CSE) da referida companhia, juntando cópia da certidão da ata da reunião do Conselho da Executiva da Direção, que delibera sobre o assunto. Os candidatos não apresentaram defesa.

A Comissão Eleitoral decide: O artigo 1º do Estatuto Social prevê que a organização dos trabalhadores se dá a partir do local de trabalho, por meio dos Comitês Sindicais de Empresa. O artigo 21 do referido estatuto define, ainda, que os aludidos comitês são instâncias que se constituem na unidade de representação do Sindicato nos locais de trabalho. A empresa pela qual concorre o candidato impugnado encerrou suas atividades industriais na região, fato público e notório, não existindo qualquer empregado laborando no seu interior. Aceitar as candidaturas acima é ferir o princípio da criação do comitê, cuja finalidade é de representar o trabalhador a partir do local de trabalho. Se o comitê deve representar os trabalhadores no local de trabalho, não há como ter este organismo dentro de uma empresa em que não há trabalhadores. Ademais, o Conselho da Executiva da Direção declarou a vacância dos cargos de membros do comitê na Nordon, em reunião extraordinária realizada no dia 14 de março de 2005, nos termos do artigo 67, inciso V do Estatuto Social. Diante do exposto, a Comissão Eleitoral decide deferir a cassação das candidaturas de Antonio Tarciso Gabriel de Souza e Valdenito Almeida.

Comissão Eleitoral

Tribuna Metalúrgica



Nº 1970 - Quarta-feira, 23 de março de 2005

■ Retrocesso na França

Senado aprova jornada maior

O Senado francês aprovou ontem a reforma das leis trabalhistas, permitindo uma jornada semanal superior a 35 horas. O projeto conta com o apoio do presidente Jacques Chirac.

A reforma permitirá que as empresas negociem novos acordos, o que, na prática, deverá resgatar a jornada de 39 horas semanais.

A mudança já tinha sido aprovada pela Assembleia Nacional (deputados) no mês passado, quase três anos após as eleições gerais terem tirado os socialistas do poder.

Foram eles que introduziram a jornada de 35 horas semanais, em 1998.

■ 20 anos

Salário médio cai pela metade

O trabalhador na região metropolitana de São Paulo ficou muito mais pobre nas duas últimas décadas. Foi o que mostrou pesquisa do Dieese e Fundação Seade. Outro dado preocupante da pesquisa divulgada ontem é o crescimento da taxa de desemprego, que vinha em queda há nove meses. **Página 3**

■ Mulher

Programa de planejamento familiar quer reduzir abortos

As mulheres brasileiras sofrem 1,4 milhão de abortos todos os anos, que custam R\$ 30 milhões ao País.

Página 4



Compre tranquilo

2 dormitórios com closet* vagas individuais

São Bernardo

Mega Feirão no sindicato

02 de abril

Participe da última grande oportunidade de comprar sua casa própria.

Garantias e Facilidades CAIXA

- A menor taxa de juros
- Escritura definitiva na compra**
- Garantia de entrega
- Você pode usar seu FGTS
- Parcelas decrescentes
- Entrega em 13 meses**
- Seguro de vida**

Condições especiais para sindicalizados, familiares e amigos

Villas da Espanha

- Sala de ginástica
- Quadra poliesportiva
- Salão de festas
- Salão de jogos
- Churrasqueiras
- Playground
- 3.400 m² de bosque
- Pista de cooper

Obras em ritmo acelerado

Rua João Bastos, 231 - Centro S. Bernardo na Sede do Sindicato - a partir das 10h

Compareça e concorra a um DVD

Cooperação e Construção: GOLDFARB 38.893 Chaves Energias www.goldfarb.com.br

Participação: CONSTRUTORA PASSARELLI www.passarelli.com.br

Financiamento: Coopsind CAIXA

* taxa 01 e 02 ** a partir da assinatura com a CAIXA

Cinema no Sindicato

A PAIXÃO DE CRISTO

O filme de Mel Gibson é a atração desta sexta-feira, a partir das 19h, na Sede do Sindicato. Grátis.

Filme recomendado para maiores de 14 anos

NOTAS E RECADOS

Meia sola

Lula substituiu Amir Lando pelo senador Romero Jucá (PMDB-RR) na Previdência. Já o deputado federal Paulo Bernardo (PT-PR) assume o Planejamento, vago desde a saída de Guido Mantega.

Ponto final

Em nota oficial, o presidente afirma que decidiu encerrar as conversações em torno da reforma ministerial.

Epidemia

O Brasil tem o maior número de mortes por arma de fogo no mundo. Em 2002, morreram 38.088 pessoas por homicídio, suicídio ou acidentes.

Podia ficar sem

O Brasil é também o segundo maior produtor de armas de fogo do mundo.

Acorda Alckmin

Foi em Bauru, na noite de segunda-feira, a mais recente rebelião numa unidade da Febem.

Nem tão doce

Foram registrados 19 casos da doença de chagas em Santa Catarina provocados após ingestão de caldo de cana. Três pessoas morreram.

Não é novidade

Segundo o Ministério da Saúde, casos semelhantes ocorreram na Paraíba, no final dos anos 80. No Pará também houve registros, mas com o açai contaminado pelas fezes do barbeiro.

Expresso da meia-noite

O presidente Lula pediu clemência ontem ao presidente da Indonésia, Susilo Yudhoyono, para o brasileiro Marco Archer, condenado à morte por tráfico de drogas naquele país.

Quase definitivo

No maior estudo sobre a plantação de transgênicos, os ingleses concluíram que esse tipo de lavoura desequilibra o meio ambiente.

Mahle Metal Leve

Encontro debate organização nacional

Encontro dos trabalhadores das várias plantas da Mahle no Brasil na última sexta-feira deu o primeiro passo para a articulação de uma organização nacional. Reuniram companheiros nas fábricas de São Bernardo, Limeira, Mogi Guaçu e Indaiatuba. São seis fábricas da multinacional alemã no País e que empregam 8 mil metalúrgicos.

O encontro é parte de um projeto de criação de redes nacionais e mundiais de solidariedade entre trabalhadores que a Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT mantém com centrais e sindicatos do mundo todo. Além da Mahle, o projeto prevê também a criação de redes entre os companheiros na ZF/Sachs, Siemens e Schaeffler (Ina, Luk e Fag).

Mathias Fritz, dirigente do Ig Metal na empresa (sindicato nacional dos metalúrgicos alemães), que acompanhou o encontro, afirma que a união é necessária para aumentar a resistência dos trabalhadores contra as ofensivas das empresas. "Elas não têm limite à chantagem.



Mathias Fritz, Zé Paulo (diretor do Sindicato) e os representantes na Mahle São Bernardo

Todos nós vivemos as pressões e sob a ameaça delas procurarem condições mais favoráveis em outros locais", disse Fritz.

Segundo ele, os trabalhadores europeus enfrentam essas pressões constantemente. Na Mahle, conta ele, mais de mil postos de trabalho foram fechados na Alemanha nos últimos dois anos, e a empresa

não avança nas negociações sobre garantia de emprego.

Os companheiros nas unidades brasileiras irão levantar seus principais problemas, entre eles a prática anti-sindical e perseguição de dirigentes e cipeiros nas fábricas de Limeira e Indaiatuba e, em junho, voltam a se encontrar, desta vez com uma delação de metalúrgicos alemães.

Rolls Royce

Cartão Cidadão para conferir FGTS



Trabalhadores na Rolls Royce fizeram seus cadastros e em breve terão os cartões

Os trabalhadores na Rolls Royce, em São Bernardo, vão receber em casa o Cartão Cidadão da Caixa Econômica Federal, que permite o acompanhamento dos depósitos do FGTS.

Na semana passada, funcionários da CEF passaram o dia na empresa preenchendo formulários com dados dos trabalhadores, inclusive dos estagiários e companheiros nas terceiras.

AGENDA

Comitês sindicais

Reunião com os candidatos dos Comitês Sindicais nas fábricas de Diadema para discutir formação sindical. Hoje, às 18h, na Regional Diadema.

Conexel

Reunião dia 29, na Sede do Sindicato, às 17h30, para discutir PLR e problemas internos.



De segunda a sexta-feira, às 19h. Sábados, ao meio-dia

Rádio ABC - 1570 KHz

Desemprego

Taxa sobe na capital e baixa no ABC

O desemprego na região metropolitana, que caiu durante nove meses, voltou a subir em fevereiro de 16,7% para 17,1% da PEA - População Economicamente Ativa, de acordo com pesquisa da Fundação Seade e do Dieese.

O aumento foi provocado pelas demissões de 50 mil trabalhadores no setor de serviços, 40 mil no comércio e 35 mil na indústria.

O único setor que criou postos de trabalho em fevereiro foi o chamado outros setores, que abriu 31 mil postos de trabalho, basicamente contratações na construção civil e serviços domésticos.

No mês passado, o total de desempregados passou para 1,687 milhão de trabalhadores.

No ABC caiu

Ao contrário da região metropolitana, a pesquisa da Fundação Seade/Dieese mostra que a taxa de desemprego segue em queda no ABC. Ela caiu de 16,3% em janeiro para 15,7% em fevereiro.



Construção civil foi um dos poucos setores que contratou em fevereiro

Em 20 anos, renda cai pela metade

O rendimento médio dos trabalhadores da região metropolitana de São Paulo atingiu em janeiro o pior patamar desse mês desde 1985, quando a pesquisa do Seade/Dieese começou a ser realizada.

Em janeiro deste ano, o rendimento médio era de R\$ 1.006,00, 1,6% menos que no mês anterior e quase a metade do que era pago em

janeiro de 1985, quando equivalia a R\$ 1.900,00.

Nos últimos 12 meses, contados até janeiro, o rendimento médio dos assalariados no setor privado apresentou decréscimo de 4,4%, devido à redução dos salários no comércio e nos serviços, que não foi compensado pelo crescimento dos salários pagos pela indústria.

Apema

Prazo para acabar com cooperगतo

Reunidos em assembléia na semana passada, os trabalhadores na Apema, em São Bernardo, voltaram a exigir que o patrão contrate o pessoal que está na empresa através de uma cooperगतo.

Eles querem que todos sejam fichados imediatamente pela CLT e que a empresa, no prazo de 60 dias, pague as verbas rescisórias. Como forma de pressão, o pessoal entrou em estado de alerta.

Não é de hoje que os trabalhadores na Apema lutam contra a cooperगतo, que intermedia a contratação de 35 companheiros.

Dentro desse processo de luta, o Sindicato deu entrada com ação na Justiça do Trabalho. No ano passado a ação foi vitoriosa em primeira instância e a Apema recorreu.

O Sindicato já avisou que em processos semelhantes a Justiça multou a empresa contratante e fechou as cooperगतos, já que essa parceria só serve para retirar direitos dos trabalhadores.

"Não queremos esperar o fim do processo e exigimos a regularização já", disse o diretor do Sindicato José Paulo Nogueira.

Ele comentou que a Apema só

tem a lucrar, pois se esperar a decisão final do processo vai ter de pagar uma pesada multa.

A pauta com as reivindicações foram enviadas na semana passada e, até agora, a Apema não se pronunciou.

"Exigimos respeito aos direitos dos trabalhadores e vamos até o fim nesta luta, agora com ações mais concretas", avisou ele.

Ação também na Dalver

O Sindicato também está preparando ação judicial contra a Dalver, outra empresa que utiliza parte da mão-de-obra intermediada por cooperativa fraudulenta.

Desde o ano passado o Sindicato procura negociar uma solução que respeite os direitos dos trabalhadores, mas a empresa não demonstra interesse.

CONFIRA SEUS DIREITOS

Poder normativo em fase de transição

A Emenda Constitucional nº 49, de 31 de dezembro de 2004, que trata da reforma do Judiciário, restringiu o chamado poder normativo da Justiça do Trabalho, ou seja, a possibilidade de julgamento de greves e de criação de cláusulas econômicas e sociais por meio de dissídio coletivo.

Desde o início deste ano que, para ingressar com dissídio coletivo no Judiciário Trabalhista, as partes (no caso, sindicatos de trabalhadores e de patrões ou empresas) têm que fazer o pedido em conjunto.

A única possibilidade de entrada com dissídio coletivo para julgamento pela Justiça do Trabalho, de forma unilateral, quer dizer, sem consentimento das partes, é nos casos de greve em serviços essenciais, ainda assim se houver ameaça ao interesse público.

Nesses casos, somente o Ministério Público do Trabalho está autorizado a dar entrada com o dissídio coletivo.

Essa nova fase ainda não representa o fim do poder normativo da Justiça do Trabalho, uma antiga reivindicação do sindicalismo mais atuante e representativo, como o praticado no nosso Sindicato e na CUT.

Mas, com certeza, representa um enorme avanço no estímulo à negociação coletiva. Ou os sindicatos se fortalecem e vão buscar a negociação diretamente com o lado patronal, ou deixarão de ser reconhecidos pelas categorias que eles representam, ou dizem representar.

Mas essa nova fase representa apenas uma transição para o completo fim do poder normativo, que virá com a reforma do modelo sindical brasileiro.

Se a proposta discutida no Fórum Nacional do Trabalho for aprovada no Congresso Nacional, a Justiça do Trabalho somente funcionará como arbitragem pública na solução dos conflitos coletivos.

A greve não mais poderá ser julgada ilegal ou abusiva. Apenas os atos dela decorrentes, como depredações, práticas anti-sindicais, uso de força física para impedir o seu exercício, dentre outros, poderão ser julgados pela Justiça do Trabalho. Assim, o poder normativo estará extinto de vez.